

Brasil iniciará as negociações com Fundo Monetário no dia 9

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — O ministro Mafson da Nóbrega está chegando hoje ao Brasil com uma novidade: as negociações com o FMI serão iniciadas, formalmente, no dia 9 de maio. Mas ele levou ainda uma dúvida: a de que o FMI, que pode se resignar com o déficit de 4% do PIB, em 88, queira zerar a previsão de redução para 2%, em 1989. E, também, uma certeza: a de que estará concluindo com os bancos comerciais "o melhor acordo", nos próximos dias.

O ministro demonstrava, muito tranquilo e relaxado diante da imprensa, na Embaixada do Brasil, que seus encontros com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o presidente do Banco Central americano e com o diretor-gerente do FMI, na sexta-feira, foram bem sucedidos, embora se recusando a entrar em detalhes.

Mafson começou o encontro com a imprensa fazendo um longo relato sobre "os contatos de grande proveito para o País". Ele disse ter

discutido, no FMI, "a possibilidade de o Brasil se beneficiar da nova modalidade de financiamento que está sendo estabelecida para atender contingências fora do controle de uma economia como a brasileira". O financiamento seria automático quando ocorresse aumento de taxas de juros, queda das exportações ou perda de mercados.

Ele recordou a estratégia do Brasil para a restauração de sua credibilidade no Exterior, e que agora chegou à fase de abertura de negociações formais com o FMI, avallando como boas as possibilidades de obtenção de créditos japoneses e de um acordo com o Clube de Paris, que serão os próximos passos. "Há uma percepção de que o Brasil poderá ser o primeiro país a retornar ao mercado de capitais de forma voluntária", ressaltou, justificando: "O País tem tudo para isso".

O acerto da data com o FMI, 9 de maio, cumpre o desejo brasileiro de só iniciar as negociações quando um programa próprio estiver concluído e até divulgado à opinião pública. Mas não só isso, disse o ministro: "Mostramos que a decisão brasileira é a de manter o déficit públi-

co de 88 em 4% do PIB. Este é o nosso limite. Não devemos desenvolver nenhum esforço adicional para reduzir ainda mais este teto, a não ser medidas que sejam necessárias para viabilizar este limite, que achamos justificável e adequado, diante das restrições sociais e políticas com que lidamos hoje no Brasil".

"SIMPATIA"

Tanto o diretor-gerente como a equipe do FMI, segundo Mafson da Nóbrega, receberam esta pré-condição do Brasil, raríssima para eles, "com muita simpatia". Só que eles não podem garantir que os 22 diretores executivos do organismo aprovarão o programa, na hora da decisão final.

O programa de 18 meses é o pretendido pelo Brasil, segundo confirmou o ministro. Ele não tem dúvidas de que vai cumprir o que está prometendo, não só porque o governo pela primeira vez trabalha com o orçamento unificado, mas, também, porque "hoje, no Brasil, como em qualquer país civilizado, não se gasta mais sem autorização do Congresso Nacional".

E acrescentou: "É preciso que se diga, também, que o orçamento de 89 deverá ser o primeiro elaborado nos termos do novo capítulo orçamentário da Constituição, já aprovado pela Assembleia Nacional Constituinte". Ele elogiou os constituintes e o presidente José Sarney, desmentiu que esteja sendo preparado um pacote de demissão em massa de funcionários públicos, e anunciou, novamente e para muito breve, o final das negociações com os bancos privados, em Nova York.

"Não há relação na demora de conclusão do acordo com os bancos e uma eventual exigência de que apresentemos programas, tomemos medidas. A demora decorre unicamente do fato de que a delegação brasileira está defendendo aspectos que considera fundamentais para o interesse da economia nacional. Do contrário, já teríamos assinado o acordo", afirmou.

Um de seus assessores, Sérgio Amaral, consultado sobre quanto tempo mais vai ficar negociando com o comitê de bancos credores, em Nova York, respondeu: "Espero que esta seja a última semana".